

**Discurso proferido na Sessão de Abertura do Ano Letivo 2012-2013, na Universidade de Aveiro pelo Reitor, Prof. Doutor Manuel António Assunção**

---

Está-se a criar nesta Universidade a prática de termos muitos estudantes do primeiro ano a assistir a esta cerimónia. É um bom hábito já que a abertura do ano, por maioria de razões, se dirige a quem pela primeira vez nos frequenta. As minhas palavras iniciais vão assim para eles. As universidades são instituições que têm as maiores responsabilidades na criação e transmissão de pensamento novo e o dever de se assumirem enquanto agentes de inovação. Novo, inovar, renovação são atributos que as universidades, para verdadeiramente o serem, têm que cultivar de modo contínuo. As novas alunas e os novos alunos representam o maior contingente dessa renovação, ano a ano repetida, que nos insufla novas energias, novas dinâmicas, novas esperanças, sangue novo, essencial para a vitalidade da Universidade de Aveiro. Sejam muito bem-vindos, obrigado por terem escolhido a UA. Foi uma boa escolha, empenhar-nos-emos por estar à altura dos vossos sonhos e dos vossos anseios.

Nos dois últimos anos, nesta cerimónia, atribuímos destaque principal à cooperação com o mundo que nos rodeia: como intensificar a relação com as empresas e que esperam estas da universidade? de que instrumentos dispomos e quais devemos criar para otimizar o nosso papel dinamizador da sociedade? foram perguntas e temas a que tentámos então dar respostas. Questões que têm feito parte do nosso percurso desde o início, enquanto Universidade forjada na necessidade e na vontade de contribuir para lidar com situações económicas e sociais novas de uma realidade em mudança; e que, com o mesmo empenho de sempre, continuamos a tratar como de extrema importância e atualidade.

Mas achámos que era tempo para, nesta ocasião, voltar ao que há de mais próprio, de mais característico e de mais estruturante numa universidade: a capacidade de criar conhecimento novo, o papel de continuamente empurrar as fronteiras do conhecimento humano. Sendo a investigação uma função primordial da universidade ela é-o duplamente pela importância que assume, pelo efeito que tem, nos outros fins igualmente fulcrais da nossa missão: a educação e a cooperação com a sociedade. De facto, não pode haver verdadeira formação universitária se esta não ocorrer num ambiente de investigação autêntico e vivo. E, de igual modo, não há inovação em processos e produtos, não há transferência de conhecimento com valor acrescentado, não se induzem novas dinâmicas sociais e culturais, não se contribui para a definição de novas políticas se não houver, por detrás, essa prática da descoberta e o acumular de novas teorias e das suas potenciais aplicações.

Não devemos nunca perder de vista essa relação de precedência e de causalidade. Ou, dito de uma maneira muito crua, não esquecer que é o leite que vem da vaca e não o contrário.

Investigação numa perspetiva múltipla, percebendo que aquela com aplicação imediata tem que coexistir com a que, embora de cariz fundamental, é inspirada na utilidade e com a investigação básica, pura. Ou seja, situações onde os fatores de relevância económica e social ligados ao uso e os fatores de rigor associados aos critérios de avaliação interpares se combinem em diferentes graus. Mas precisamos de todas estas tipologias: se muita da investigação mais fundamental e, ao tempo, aparentemente despida de qualquer aplicabilidade não tivesse sido levada a cabo o mundo não seria hoje aquilo que conhecemos. Os exemplos são muitíssimos. Se não tivesse sido avançada a explicação teórica do efeito fotoelétrico, em 1905, não teria havido depois física do estado sólido e, mais tarde, a eletrónica que nos trouxe o conforto e a densidade tecnológica dos nossos dias. Onde está o ponto de equilíbrio, em cada instituição, entre as várias formas de investigação, é uma questão muito complexa que depende de um sem número de condições, internas e externas. Em qualquer caso, é necessário ter sempre presente que os resultados da pesquisa e o horizonte temporal da sua utilidade, pela natureza daquela, não podem nem ser antecipados nem sequer garantir-se que venham a ser positivos, como às vezes alguns financiadores parecem exigir à partida. Como escreveu Einstein: se soubéssemos o que estávamos a fazer não se chamaria investigação, pois não?

Preocupa-nos outro desequilíbrio, muito generalizado a nível europeu, que é o do acentuadamente menor financiamento da investigação em humanidades e em ciências sociais. É um caminho perigoso que pode levar ao desaparecimento do efeito escola em áreas importantes; e que ao mesmo tempo, não percebendo a fertilidade dos cruzamentos interdisciplinares, pode estar a inibir a descoberta de soluções determinantes de uma melhor evolução da economia e da sociedade.

A todas estas questões o Sr. Professor Miguel Seabra vai certamente responder com a profundidade e a clareza que sei serem seus apanágios. Estamos muito gratos pelo privilégio de o ter aqui: na dupla qualidade de investigador emérito e de Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Assisti, há bem pouco tempo, à maneira transparente e partilhada, aliás em boa cumplicidade com a Sra. Secretária de Estado da Ciência, com que V. Exia. expôs a história recente da FCT e as medidas

que quer pôr em prática em matéria de investigação. Foi um exemplo de apresentação de políticas públicas que, com muita pena o digo, é raro ver-se. Bem-haja, pois, também por dedicar este seu dia à Universidade de Aveiro.

Esta instituição tem um modelo de organização que privilegia e induz a interdisciplinaridade. Quisemos, no concurso a novas linhas de investigação ao QREN, Região Centro, aprofundar ainda mais esse potencial e desenhámos 5 novas direções; pondo, em cada caso, 3 ou 4 unidades de investigação ou laboratórios associados a pensar e a construir em conjunto a lógica subjacente, a estrutura científica e o desenvolvimento mais adequado para essas linhas. O interesse futuro e o grau antecipável de aplicabilidade foram fundamentais na escolha dos temas. Estamos em condições de anunciar, agora, que as linhas em “Biomateriais para uso em Medicina Regenerativa”, “Novas estratégias aplicadas a distúrbios neuropatológicos”, “Cloud Thinking”, “Uso sustentável de recursos marinhos” e “Criação de Energia Solar para um futuro sustentável” se concretizarão a breve trecho, através da abertura, ainda este ano, de concursos de recrutamento. O financiamento das linhas em causa, por nossa escolha, destinar-se-á apenas a despesas com pessoal, pelo que estamos perante um instrumento assinalável de emprego científico, que constituirá uma preciosa e significativa ajuda na manutenção da capacidade de investigação da UA; num momento em que se anuncia a descontinuidade de alguns contratos de investigadores e pós-docs. Não deixaremos, complementarmente, na medida em que os constrangimentos externos o permitirem, de ponderar outras políticas que garantam a permanência connosco, num quadro de qualidade e mérito, ao maior número de colegas de investigação possível.

A mesma vontade de aumentar os cruzamentos interdisciplinares está por detrás do anúncio, a cargo do Sr. Vice-reitor José Fernando Mendes, do novo Instituto de Nanotecnologia de Aveiro. Vontade a que se juntam a necessidade de criar massas críticas e o desejo de obter uma perceção externa, acrescida, do nosso valor na área. Não está em causa, antes a pretende reforçar, a nossa presença em redes nacionais e internacionais e, em particular, a parceria com as Universidades do Minho e Nova de Lisboa no Laboratório Associado I3N, que reputamos fundamental. Este anúncio coroa também um trabalho conjunto na definição, aproveitamento e gestão comum de espaços a partilhar, novos ou em reabilitação. Um aspeto da nossa cultura institucional que não é despiciendo lembrar; e praticar!

Numa das novas linhas de investigação vai ter papel preponderante a cátedra convidada Ilídio Pinho em Neurociências. Trata-se da 4ª cátedra deste tipo, que se vem juntar às da CGD, em Economia do Mar, Nokia-Siemens, em Telecomunicações e Jerónimo Martins, em Comércio. É o Eng. Ilídio Pinho um dos portugueses, ainda em número muito insuficiente, que se tem vindo a distinguir pela preocupação em devolver à sociedade muito do que, a partir do seu mérito e visão de empreendedor e de intenso trabalho, esta lhe proporcionou. O Sr. Engenheiro Ilídio Pinho é um cidadão da região – é de Vale de Cambra – e um amigo de longa data da Universidade de Aveiro. Colaborou connosco já noutros programas e desafios. Percebeu, desde a primeira hora, o interesse desta ideia de Cátedras Convidadas, enquanto dinamizadoras de processos e equipas de investigação por elas polarizadas; e ajudou a escolher a área das Neurociências, tendo em conta as competências já existentes na UA e a importância que as neuropatologias, crescentemente, assumirão numa sociedade com a estrutura etária que a nossa vem cada vez mais apresentando. O Eng. Ilídio Pinho merece, assim, o nosso reconhecimento; e a assinatura nesta sessão pública, de grande significado para nós, do protocolo de outorga da cátedra mais não é que uma homenagem singela mas sentida da UA, na certeza que a colaboração mútua não se esgota aqui: outros projetos estão já na calha, apalavrados. Muito obrigado, Sr. Eng., meu estimado amigo.

Teremos ainda, no decorrer desta cerimónia, oportunidade de acolher um acervo, um mais, que nos é trazido pelo jornalista e escritor Arsénio Mota. É um acervo que engloba, para além da obra literária do doador, o essencial do espólio do escritor e diplomata António de Cértima, igualmente de Oliveira do Bairro, e partes do espólio do Padre Acúrcio Correia da Silva, também ele bairradino e de quem já possuímos um conjunto significativo de documentos.

Estamos perante a continuação de uma política de valorização da memória cultural, aliás iniciada com uma doação de Francisco Madeira Luís a que este fez questão de juntar, muito recentemente, uma valiosa coleção de gravura portuguesa.

Ao Sr. Arsénio Mota, o nosso obrigado por nos ter distinguido com a sua escolha.

A missão da universidade não se contém nas suas três funções principais: educar, criar conhecimento novo, cooperar. Em qualquer tempo mas não menos neste que vivemos, é nosso dever

contribuir ativamente para a reflexão sobre os temas que atravessam e marcam a nossa vida coletiva. Sabemos todos que as coisas não se vão reduzir a um combate, com sucesso, ao déficit e ao regresso aos mercados. A crise é mais profunda e extravasa o espaço do nosso país. As questões demográficas e a sua assimetria em diferentes regiões do Globo; o envelhecimento acentuado da população na Europa, consequência benéfica, extraordinária, do Estado-social mas que está agora colocando enorme pressão sobre o mesmo Estado-social com impactos tremendos, nomeadamente no apoio aos mais idosos e aos mais doentes; os desequilíbrios campo-espacos urbanos e litoral-interior; a grande dificuldade em conciliar proteção de direitos adquiridos pelos mais seniores com mais e mais justas oportunidades para os jovens em início de atividade; as questões energéticas e ambientais; os fenómenos migratórios de várias tipologias, nuances e graus de desespero; são, entre outras tendências, fenómenos que terão enorme relevância na moldagem do futuro. Não é por acaso que se assiste, pela primeira vez, a uma inversão na história e que as próximas gerações viverão, muito provavelmente, em condições piores que a dos seus pais.

Claro que poderíamos, num quadro de grandes dificuldades a curto prazo que se não pode negar, viver com soluções mais bem preparadas e explicadas, com repartição mais equitativa dos esforços, com maiores transparência e discussão das políticas públicas, com menos apego a receitas estereotipadas, com sinais e exemplos de valor simbólico que hoje pouco se vislumbram. Cabe-nos a todos, à Universidade mas também a cada um de nós, contribuir para antecipar o que aí vem e assumir um papel mais ativo na construção de um melhor futuro, com maior coesão e solidariedade. Estamos, temos que nos sentir todos, convocados para uma participação mais presente e empenhada.

As universidades têm, nos últimos anos, e ao mesmo tempo que receberam cortes sem paralelo na administração da Estado, gerido os seus orçamentos rigorosa e responsabilmente. Não se queixaram e usaram a autonomia para ir buscar receitas próprias que compensassem o que não vinha do Orçamento do Estado e que em vários casos ultrapassou 50% do orçamento global. Não desistiram de fortalecer a sua capacidade e figuram, cada vez mais, nos rankings internacionais. Intensificaram as suas estratégias de internacionalização com múltiplos resultados de grande expressão, como no caso do Brasil. A interpretação, que se quis passar como válida, de um recente despacho do Sr. Ministro das Finanças, criando enormes restrições no uso de receitas próprias

devidamente orçamentadas, demonstra um grande desconhecimento, por um lado, do modo como funciona o que é essencial na Universidade (designadamente os projetos de investigação); e, por outro, de como asseguramos o financiamento adicional que nos permite continuar a funcionar (designadamente os contratos de colaboração com empresas e a venda de serviços). Tivemos há três dias o esclarecimento que o despacho se não aplicaria às Instituições do Ensino Superior. Ultrapassar o constrangimento *a posteriori* não anula a perturbação criada; outros casos de incerteza e de desvirtuamento das regras, demasiados casos, se poderiam apontar onde semelhantes desconforto, perturbação e desgaste foram criados, desnecessariamente, às instituições.

Num contexto de constante mudança e de grande imprevisibilidade precisamos, precisam as Universidades, do máximo de referências estáveis: para que nos possamos dedicar, com a concentração e disponibilidade requeridas, ao desenho de políticas, internas ou partilhadas, que nos levem a cumprir a nossa missão com mais sentido, com mais alcance, com maior eficiência. Precisamos, ao mesmo tempo, de nos manter dentro de uma cultura de avaliação: não se deve mudar em vez de avaliar, antes mudar só depois de avaliar, se e onde se justificar. Os anúncios da intenção de alterar o quadro legal que rege as Instituições de Ensino Superior aparecem, assim, como extemporâneos, uma vez que não foram avançadas quaisquer razões que a justifiquem; é imprescindível haver estabilidade na governança das instituições. O estudo recente do Conselho Nacional de Educação, coordenado pelo Professor Júlio Pedrosa, e a análise, em curso, da rede de Ensino Superior, encomendada pelo Conselho de Reitores a um conjunto de peritos internacionais, têm que ser levados em conta. Há muito a fazer em termos de reflexão interna e nas instituições sobre o processo e as práticas decorrentes do modelo vigente, só agora a atingir a sua fase de maturação. É fundamental não mudar à pressa. A UA assinou com o Estado um contrato de passagem ao estatuto fundacional que prevê uma avaliação só daqui a dois anos. Sendo os contratos para cumprir, manteremos a firme determinação de que assim seja.

Outro exemplo de perturbação desnecessária vem do processo atribulado em que a avaliação das Fundações se constituiu e para o qual, indevidamente face à lei, as universidades fundacionais foram arrastadas. Com base num inquérito desapropriado e sem validação dos dados fornecidos, a avaliação assentou em informação errada, e ridicularizou-se; trazendo consequências danosas para a

leitura correta da realidade, em que a UA e a sua imagem se viram envolvidas, nomeadamente por causa de subsídios que, pretensamente, nos teriam sido atribuídos.

A verdade é que a UA não recebeu um tostão sequer que fosse por se ter tornado Fundação: ao invés, o contrato-programa nunca foi honrado do lado do Estado e o dinheiro público transferido foi exatamente aquele que teria sido, em qualquer caso, na decorrência das regras de financiamento do Ensino Superior e em completo pé de igualdade com as restantes universidades públicas.

Não posso, a propósito da avaliação das fundações, deixar de prestar aqui a minha homenagem à Fundação Calouste Gulbenkian. Só um país sem memória é que pode tratar de forma tão injusta uma instituição que tanto se singularizou positivamente a nosso favor.

Quero fechar como abri: falando de educação e dirigindo-me, em particular, aos estudantes. Portugal tem ainda um défice significativo de qualificação no contexto dos países da OCDE e está longe das metas 2020 da União. Os discursos que enfatizam um quadro de formação para o desemprego passam por isso mensagens muito perversas e perigosas. O dever do país, o dever das Universidades, é formar e educar o máximo possível de portugueses. Porque assim estamos a dar a cada um uma maior liberdade de escolha. Mesmo que as oportunidades escasseiem aqui ou ali, vão ter maior capacidade de, perante a realidade concreta, analisarem e decidirem o que querem para si próprios; e uma vez a escolha feita terão mais possibilidades de a alcançar. O mundo está a mudar: o grau de imprevisibilidade do dia de amanhã, a crescente internacionalização do mercado de trabalho, a mudança de paradigma de uma carreira para a vida para uma vida com várias carreiras estão já aí, a acontecer. É nossa obrigação preparar-vos para este novo contexto: em que a par das competências disciplinares imprescindíveis adquiram outras, mais gerais, que vos habilitem melhor para lidar com o desconhecido, com a mudança, com a necessidade de forjar as vossas próprias oportunidades; mas também para, enquanto cidadãos, terem a intervenção e a liderança que vá moldando um mundo melhor.

Ultrapassámos este ano, pela primeira vez, a marca de 10% de estrangeiros na nossa comunidade: um ambiente mais internacional no Campus que constituirá um contributo inestimável para a vossa educação. A UNESCO apela a que se aprenda a conhecer e saber, a fazer, a viver em conjunto, a



ser. Vamos trabalhar todos para que assim seja. Vocês são os portadores da esperança: isto só pode ficar melhor com vocês!

Muito grato a todos pela vossa presença.

Manuel António Assunção, Reitor da Universidade de Aveiro